

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A redação do Enem como expressão de capital cultural: renda, tipo de escola e raça em análise

Izabel Jensen Santana, Adriana S. R. Dantas

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11056>

Submetido em: 2025-01-10

Postado em: 2025-01-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**A redação do Enem como expressão de capital cultural: renda, tipo de escola e
raça em análise**

**The Enem Essay as an Expression of Cultural Capital: Income, School Type, and
Race in Analysis**

**Redacción del Enem como expresión de capital cultural: análisis de ingresos, tipo
de escuela y raza**

Izabel Jensen Santana

Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, izabeljs12@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0241-9086>

Adriana S. R. Dantas

Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, adriana.dantas@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1066-7063>

Resumo

Este estudo analisa o perfil socioeconômico de estudantes com nota zero e nota mil na redação do Enem extraídos dos microdados do Inep entre os anos de 2009 até 2018. Em abordagem bourdieusiana, os resultados demonstram que os candidatos com nota mil vêm de famílias com renda mais alta, frequentam escolas privadas e são majoritariamente brancos, enquanto os com nota zero são de famílias com renda mais baixa, frequentam escolas públicas e são, em sua maioria, pardos. A redação do Enem é mais um dado empírico que demonstra a persistência de desigualdades, ressaltando a necessidade de políticas que visem reduzir as disparidades educacionais e promover a igualdade de oportunidades para diferentes camadas.

Palavras-chave: redação do Enem, renda, escola pública, escola privada, raça.

Abstract

This study analyzes the socioeconomic profile of students who scored zero and one thousand in the ENEM essay, extracted from the microdata of Inep between 2009 and 2018. Using a Bourdieusian approach, the results show that candidates with a score of one thousand come from higher-income families, attend private schools, and are predominantly white, while those with a score of zero come from lower-income families, attend public schools, and are mostly mixed-race. The ENEM essay is another empirical data point that demonstrates the persistence of inequalities, highlighting the need for policies aimed at reducing educational disparities and promoting equal opportunities for different social strata.

Keywords: Enem essay, income, public schools, private schools, race

Resumen

Este estudio analiza el perfil socioeconómico de los estudiantes con nota cero y nota mil en la redacción del Enem extraídos de los microdatos del Inep entre los años 2009 y 2018. Desde un enfoque bourdieusiano, los resultados demuestran que los candidatos con nota mil provienen de familias con ingresos más altos, asisten a escuelas privadas y son mayoritariamente blancos, mientras que aquellos con nota cero pertenecen a familias con ingresos más bajos, asisten a escuelas públicas y son, en su mayoría, mestizos. La redacción del Enem es más un dato empírico que evidencia la persistencia de desigualdades, destacando la necesidad de políticas que busquen reducir las disparidades educativas y promover la igualdad de oportunidades para diferentes estratos sociales.

Palabras clave: redacción del Enem, ingresos, escuela pública, escuela privada, raza.

INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, inicialmente, para avaliar o desempenho de estudantes no final do Ensino Médio. Em 2009, começou a ser utilizado como o processo seletivo de acesso à educação superior, consolidando-se como o principal mecanismo de entrada às instituições de educação superior (IES) públicas e às IES privadas, por meio de pontuação suficiente para pleitear bolsas parciais e integrais ou financiamento estudantil¹. Desde 2019, foi estabelecido um convênio internacional por meio do Enem Portugal que permite o ingresso em IES portuguesas.

Devido à sua amplitude ao acesso à educação superior, dominar os mecanismos de sucesso no Enem representa a oportunidade de prolongamento dos estudos para um nível educacional prestigiado socialmente no Brasil. Para tanto, é necessário acumular os conteúdos necessários e saber mobilizá-los em dois dias de provas para buscar a maior pontuação possível em um certame de grande concorrência.

Dentre tais conteúdos, as notas da redação têm um grande peso para definir se o acesso vai acontecer. A temática é bastante estudada no campo das Letras e da Linguística, em que pesquisadores, por exemplo, buscam argumentar que a redação do Enem é um gênero textual com uma estruturação consolidada dentre aqueles que apreendem como fazê-la (Agustini; Borges, 2014; Marcuschi, 2007) e demonstrar quais

¹ Para as públicas, é utilizado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e para as privadas, o Programa Universidade para Todos (ProUni). A pontuação também permite pleitear financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

competências da escrita devem ser mobilizadas para se ter sucesso (Klein; Fontanive, 2009). É preciso ainda reconhecer a proliferação de manuais (Brasil, 2018; Salvador, 2013) e cursos específicos que ensinam como fazer a redação.

Contudo, estamos considerando a questão sociológica inerente ao domínio da escrita em um certame de grande porte a partir da elaboração das hipóteses de Pierre Bourdieu sobre desigualdades escolares, pouco elaborado no Brasil, ao que diz respeito ao capital específico: o linguístico (Bourdieu, 2008), que pode ser entendido como a apropriação do uso da língua segundo o padrão valorizado pela escola. Partimos da concepção que o capital cultural pode ser caracterizado, mas não exclusivamente, pelo prestígio do diploma da educação superior, sobretudo o público; e que para ingressar nesse nível é necessário ao candidato o acúmulo do capital linguístico que resulta no domínio dos conteúdos para uma prova bem-sucedida, conferindo à redação um estatuto importante que pode definir o sucesso ou fracasso desse ingresso.

Em outras palavras, quanto maior a nota da redação, maior é a probabilidade de acesso às universidades públicas e seus cursos mais prestigiados. Tirar a nota máxima, a nota mil, tem sido um feito de poucos. No período analisado nesta pesquisa, entre 2009 e 2018, somente um grupo seletivo alcançou a nota máxima. A título de exemplo, apenas 104 estudantes, em 2015, alcançaram nota mil em uma população de 5.598.015 redações; 77, em 2016, de 5.795.623 redações; 53, em 2017, de 4.665.518; e 55, em 2018, de 4.102.664. Devido a esta alta seletividade, há um destaque social para as/os estudantes que tiram a nota mil e aos seus estados e regiões do Brasil em diversas reportagens².

Por outro lado, a nota zero impede que o/a estudante tenha acesso a todas as possibilidades de ingresso que o Enem oferece, pois elimina a pessoa do certame. Isto significa não ter direito a uma vaga em IES pública, muito menos pleitear bolsas ou financiamento para as privadas. Se o público com nota mil constituiu em um grupo seletivo, o público com nota zero tem sido mais abrangente referente ao quantitativo de redações válidas. Em 2015, tiveram 49.887 redações zeradas; em 2016, 83.081; em 2017, 267.064, em 2018, 66.390.

Em um exame de caráter nacional, a dicotomia nota zero e nota mil da redação pode revelar as profundas contradições das desigualdades escolares ao fim da educação

² Mesmo em 2023, o último ano de aplicação até a escrita deste artigo, somente 60 estudantes alcançaram a nota mil de 2,7 milhões de participantes. Ver *Portal Nexo*, disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2024/01/17/notas-enem-2023-por-area>, acesso em 25/01/23.

básica. Se a nota mil representa um grupo seletivo, a nota zero ilustra o que Bourdieu (2010) denominou de “os excluídos do interior”, aqueles que estão no sistema educacional, mas que não se ajustaram às condições necessárias para serem bem-sucedidos. Nossa hipótese é que, ao problematizar o que significaria as notas da redação do Enem como um construto social de significativo capital cultural, poderíamos compreender facetas das desigualdades escolares operantes no interior do sistema educacional do Brasil, relacionando as notas a marcadores sociais de diferença a partir do perfil dos estudantes. Assim, a pergunta feita pelo nosso estudo é: como se distinguem os participantes com nota zero e nota mil quanto aos marcadores de renda, tipo de escola e raça?

Para responder à questão, este artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos as estratégias metodológicas. Em seguida, argumentamos porque consideramos a redação do Enem como uma expressão de capital cultural. Na terceira seção, são apresentados os dados para embasar nosso argumento. Por último, encerramos com as considerações finais.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Para realizar esta investigação³, foram utilizados os microdados do Enem, ou seja, um conjunto de dados disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O arquivo é composto por um documento com informações básicas, acompanhado de um repertório de dados estatísticos relacionados às características pessoais e socioeconômicas do grupo familiar dos participantes, bem como resultados da prova; as próprias provas e os gabaritos e um dicionário das variáveis, que auxilia na compreensão dos dados quantitativos.

Vale ressaltar que as informações relacionadas aos participantes e contidas nos microdados são obtidas a partir das respostas fornecidas pelos próprios participantes no ato da inscrição no exame. O questionário passou por remodelações, no entanto, é composto, fundamentalmente, por cinco partes: 1) informações pessoais do candidato; 2) dados referentes à escola; 3) observações quanto à necessidade de atendimentos específicos; 4) dados referentes às provas e 5) dados socioeconômicos do candidato e de sua família. Os dados são anonimizados, sendo assim, o participante é diferenciado por

³ Os dados utilizados são provenientes da dissertação de Izabel Jensen Santana (2021) orientada pela professora Adriane Knoblauch no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

protocolos, o que garante o sigilo de sua identidade. Como visto, há uma ampla gama de variáveis nos microdados do Enem, todavia, para este artigo, optou-se por utilizar os dados relacionados à renda, ao tipo de escola e à raça, como será explicado na próxima seção.

Esta análise engloba dez anos de aplicação do exame (desde 2009 até 2018), compreendendo um total de 1.154.800 de casos de nota zero e nota mil, correspondendo a 2,6% de um total de 44.553.503 de redações válidas durante todo o período. Destes, 11.964 foram redações com nota mil e 1.142.836 de redações com nota zero. Entre as redações com nota zero foram excluídas das análises as que estavam em branco, por não ser possível identificar as razões pelas quais um/uma estudante não a escreveu. Foram contabilizadas aquelas zeradas pelos critérios do Enem, isto é, texto que não seja dissertativo-argumentativa; que tenha menos de 7 linhas; que fuja ao tema; que copie integralmente os textos motivadores da prova; que tenha desenhos, impropérios ou alguma identificação do/da participante; que esteja em língua estrangeira (Brasil, 2018).

Apesar de os casos relacionados às redações com notas zero serem mais frequentes do que os relacionados às redações com notas mil, ambos são passíveis de análise, especialmente considerando que o estudo abrange dez anos de aplicação do exame. Sendo assim, investigando os dois grupos, temos duas populações consideráveis. Além do mais, a comparação entre os dois grupos permite leituras mais abrangentes.

A condução dos dados se deu por meio da utilização de um *software* de análise de dados complexos, o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 22), pois o *corpus* era bastante amplo. Por meio das ferramentas fornecidas pelo SPSS foi possível gerar relatórios estatísticos descritivos. Esses relatórios são como uma filtragem dos dados, nos quais as variáveis selecionadas são agrupadas em tabelas. Foram analisadas as séries históricas das redações nota zero e nota mil em relação à renda, tipo de escola e raça para realizar uma interpretação sociológica dos dados, a fim de compreender o fenômeno em questão de forma contextualizada. Na próxima seção, justificamos teoricamente esta escolha.

A REDAÇÃO DO ENEM COMO EXPRESSÃO DO CAPITAL CULTURAL

Gêneros textuais em que prevalecem as características do tipo dissertativo têm sido vastamente utilizados em processos seletivos de ingresso em universidades do

Brasil⁴. O termo “redação” para o vestibular não corresponderia, necessariamente, a este gênero específico. Contudo, quando nos referimos à “redação do Enem”, estamos considerando-a como um gênero textual específico, isto é, institucionalizado, conforme proposto por Carmen Augustini e Selma Borges (2014), na qual esta redação se configura como um texto dissertativo-argumentativo com suas especificidades próprias. Isto significa que, caso o/a estudante não cumpra seus requisitos mínimos, terá, em última instância, sua prova anulada. Em contrapartida, como um gênero institucionalizado, não há muito espaço para fuga da padronização proposta pelo Enem para que se alcance a nota máxima. Assim, escrever a “redação do Enem” pressupõe que o candidato e a candidata tenham aprendido como fazê-la, com a habilidade de mobilizar a escrita a partir da norma padrão da Língua Portuguesa brasileira, além do conhecimento das regras requeridas de análise pela banca examinadora.

Por um lado, dominar a norma padrão diz respeito a uma construção social que legitima a variação linguística de uma parcela privilegiada da população, que teve o poder histórico de legitimar usos específicos da língua (Faraco, 2008). Por outro lado, conhecer as especificidades de correção da banca examinadora requer que o/a estudante tenha sido preparado em seu percurso escolar com estratégias que contribuíssem para seguir as diretrizes de uma redação institucionalizada. Para alcançar a nota mil, não basta escrever bem, ou seja, articular ideias de forma coesa e coerente respeitando a norma culta. Os alunos com nota mil estão inseridos em uma escola que conhece muito bem as regras do jogo para treiná-los segundo os critérios pré-estabelecidos de correção. De forma prática, longe de ser uma questão de meritocracia ou justiça (Valle, 2013), resultante de quem tem habilidade de escrita para alcançar a nota máxima, este resultado acaba por valorizar quem tem condições sociais favoráveis em um sistema de ensino altamente desigual, como nossos dados sugerem.

Quando propomos que as notas da redação do Enem podem ser um indicador para explicitar capital cultural, estamos considerando teoricamente o que Pierre Bourdieu demonstrou, a partir do contexto francês, que as desigualdades escolares têm correspondência às desigualdades sociais. Em sua teoria, o autor averiguou que capital cultural é distribuído diferentemente entre famílias, segundo sua renda e ocupações

⁴ Os vestibulares da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal do Paraná são exemplos de processos seletivos que utilizam outros gêneros textuais além do texto dissertativo.

profissionais (Bourdieu, 1992; 2009; 2010). Bourdieu (2008, p. 23-24) ainda argumenta que “(...) as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos.” Portanto, o trunfo da escrita padrão se converte em capital cultural. Como capital cultural, a apropriação da escrita padrão não está distribuída igualmente entre a população que faz a prova. Nossa hipótese inicial era que a dicotomia nota zero e nota mil da redação do Enem, como desigualdade escolar, revelaria as desigualdades sociais a partir do perfil dos estudantes.

Para nos interrogar sobre a homologia entre as desigualdades escolares e sociais, buscamos ponderar que, embora a teoria sociológica de Bourdieu seja voltada para o contexto francês, é possível atualizá-la considerando as especificidades do contexto brasileiro. Conforme assinalado por Ana Maria Almeida (2007), uma dessas especificidades é a base econômica que distingue uma importante segmentação do ensino brasileiro: a escola pública e a escola privada. Outra separação importante, que recentemente, tem tido atenção de pesquisadores, é a desigualdade de desempenho e prolongamento dos estudos ao que diz respeito à raça (Érnica, Rodrigues, 2020; Soares, Alves, 2003). Os dados que vamos apresentar à frente, demonstram que tanto a divisão entre escola pública e privada e desigualdades raciais acompanham as desigualdades econômicas, por isso o critério de escolha dos dados se refere às três categorias: renda, tipo de escola e cor/raça segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A separação entre escola pública e escola privada no Ensino Médio no Brasil caracteriza uma segmentação horizontal, conforme Ringer (2003), a qual pode ser entendida como subdivisões no interior de um mesmo nível do sistema de ensino, que diferencia os estudantes pela origem social, currículos, tipos de escolas. Na segmentação à brasileira entre ensino público e privado, segundo propõe Almeida (2009), a “escola boa” no ensino secundário é de origem privada que prepara para as melhores universidades, quando a segmentação se inverte na Educação Superior, pois são as universidades públicas que recebem os “mais bem formados”, com maior poder econômico para custear um ensino privado que os prepararam para o processo seletivo de ingresso.

É importante apontar algumas especificidades sobre as escolas privadas no Ensino Médio, pois como já foi demonstrado, as carreiras mais seletivas das universidades

públicas recebem estudantes de um seleto grupo de instituições que “melhor” preparam os seus filhos para os cursos mais concorridos, especialmente grupos das elites (Almeida, 2009; Nogueira, 2004). A escolha pela “escola boa privada” é compartilhada pelos grupos médios que investem em estratégias educativas para a formação de seus filhos (Nogueira, 1995) e pelos grupos populares quando ascendem socialmente com poder aquisitivo para acessá-la (Dantas, 2021; Perosa, Dantas, 2017; Siqueira, Nogueira, 2017).

As mudanças recentes de acesso à Educação Superior no Brasil tem privilegiado a reserva de vagas sociais e raciais, isto é, cotas para estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiências (PCD) e pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI) para mitigar, a partir da política pública, parte dessa desigualdade. Esta mudança histórica, que tem se efetivado desde o início do novo milênio, aponta para um novo entendimento em relação à raça para o ingresso na universidade.

Cada vez mais, estudos têm incluído a categoria raça para compreender desigualdades educacionais de acesso ao Ensino Superior (Barreto, 2015; Senkevics, 2018), assim como nas análises sobre a Educação Básica (Érnica, Rodrigues, 2020; Soares, Alves, 2003)⁵. Para Márcia Lima e Ian Prates (2015), as desigualdades raciais são um desafio persistente para mobilidade social de negros, pois o fator educação não alterava significativamente a histórica desigualdade racial brasileira ao acesso a renda mais equitativa com os brancos.

Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1990) foram pioneiros em demonstrar que ao acionar a categoria raça em estudos empíricos era possível visualizar a discrepância entre brancos e não brancos, isto é, pretos e pardos no acesso a oportunidades educacionais. Esses achados contribuíram para luta política, especialmente feita pelo Movimento Negro, em propor que a categoria “não brancos” fosse entendida como “negros” para que políticas públicas fossem criadas para enfrentar as desigualdades (Gonzalez, Hasenbalg, 1982; Gomes, 2017). A justificativa para tal é que as disparidades socioeconômicas e as discriminações são semelhantes nos dois grupos, por isso o IBGE também agrega pretos e pardos como negros (Osório, 2003). Para nossa pesquisa, estamos privilegiando os dados não agregados para demonstrar a diferença entre pretos e pardos, discutindo eventualmente a agregação.

⁵ A categoria gênero também tem sido mobilizada em muitos desses estudos como um interesse em pensar a interseccionalidade entre os diferentes marcadores sociais.

Nosso estudo tem revelado que, ao acionar as categorias renda, tipo de dependência administrativa escolar e raça em relação à dicotomia nota zero e nota mil da redação do Enem, as desigualdades anteriormente discutidas permanecem. Na próxima seção, apresentaremos os dados das três categorias.

A SEPARAÇÃO ENTRE NOTA ZERO E NOTA MIL: RENDA, TIPO DE ESCOLA E RAÇA EM DEBATE

A hipótese levantada neste artigo é que a dicotomia nota zero - nota mil pode representar uma expressão de capital cultural. Isto porque a nota zero exclui totalmente o candidato de uma possibilidade de acesso ao ensino superior, enquanto a nota mil abre as portas para os cursos e as instituições mais privilegiadas. Como anunciado anteriormente, a população da nota mil é de 11.964 (0,3%); enquanto a da nota zero é de 1.142.836 (2,6%) em uma população total de 44.553.503 (100%) de redações válidas entre 2009 e 2018.

Essa constatação precisa de alguns cuidados metodológicos, pois há um limite dos nossos dados devido aos marcadores elegidos de renda, tipo de escola e raça. É por causa desse limite que estamos argumentando que se refere a uma expressão ou a uma fotografia de processos mais profundos que acompanham os marcadores. A teoria de Bourdieu veio na esfera de contestar que não era apenas o capital econômico que operava diferenças entre as classes sociais, numa perspectiva marxista, por exemplo. Um dos trunfos dessa teoria foi demonstrar que assim como o capital econômico, que pode ser representado pela renda, não estava distribuído igualmente entre os grupos, o capital cultural seguia essa diferenciação entre esses mesmos grupos.

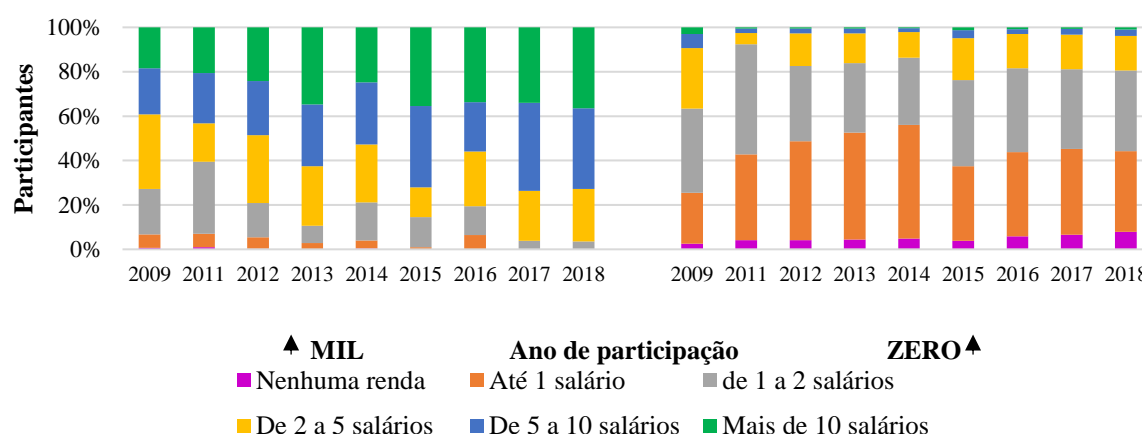
Como discutido na seção anterior, a separação entre escola pública e escola privada, que separa as famílias que podem pagar ou não pela educação, mesmo em grupos populares que acessam a escola privada, é um marcador que tem estudos que demonstram como o controle da educação a partir da administração privada tem como parte do objetivo o acesso à Educação Superior (Almeida, 2009; Nogueira, 2004; Perosa, Dantas, 2017). Como são dados quantitativos de projeção nacional, não nos propomos a mobilizar as relações multidimensionais de outras categorias para compreender em profundidade a operação do capital cultural, o que fica de sugestão para outras pesquisas. Contudo, a evidência dos dois extremos representada por (i) a relação escola pública com nota zero

com a maioria da população parda e (ii) a relação escola privada e nota mil super-representada pela população branca, ambas associadas à baixa e alta renda respectivamente é a contribuição que buscamos apresentar para o debate das desigualdades educacionais.

Renda

O gráfico 1 foi organizado por faixas de renda, para isso, as respostas disponibilizadas no questionário produzido pelo Inep foram reagrupadas, a fim de apresentar as análises de forma mais elucidativa. Ademais, foram exibidas as faixas de renda mensal dos candidatos que prestaram o Enem no período de 2009 a 2018, dividindo-se em duas seções para distinguir a renda dos participantes que receberam nota máxima ou zero na redação.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR MENSAL DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTAS MIL OU ZERO, RESPECTIVAMENTE, NA REDAÇÃO DO ENEM⁶



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria.

A partir do gráfico 1, constata-se que há uma desigualdade de renda que distingue os estudantes com nota zero e nota mil da redação do Enem. No grupo de redações com nota máxima, predominam as faixas de renda que giram acima de 5 salários-mínimos. É importante destacar que cerca de 30% das famílias desses candidatos possuem uma renda igual ou superior a 10 salários-mínimos. Enquanto essas faixas estão sub-representadas no grupo de nota zero. Por outro lado, no grupo de redações zeradas, as faixas variam

⁶ Para a análise da variável renda não foram considerados os dados do ano de 2010, uma vez que as possibilidades de resposta foram formuladas de modo a comprometer a comparação.

entre menos de 1 salário-mínimo e 2 salários-mínimos, representando cerca de 70%, em 7 dos 9 anos analisados. Faixas com pouca representação entre o grupo nota mil. No entanto, é relevante notar que nos últimos anos examinados, as barras tendem a se tornar cada vez mais semelhantes, especialmente nos anos de 2015, 2017 e 2018 no grupo com nota máxima, e desde 2015 até 2018 no grupo com nota zero, indicando um padrão.

Um dado adicional que merece destaque é relacionado à resposta "nenhuma renda", que é praticamente inexistente no grupo de redações com nota máxima, enquanto no grupo de redações com nota zero, essa resposta está sempre presente, tendo aumentado ligeiramente ao longo dos anos. Além disso, no grupo de redações com nota zero, praticamente não são observados casos de famílias com renda superior a 10 salários-mínimos. Assim, percebe-se que há uma inversão considerável das faixas de renda, evidenciando a desigualdade no âmbito econômico, entre os dois grupos em análise.

Como mencionado anteriormente, a renda em conjunto com outros bens representa uma forma de capital econômico. Embora o capital econômico não seja uma dimensão do capital cultural não se pode desvinculá-los no contexto brasileiro, pois se trata de uma realidade que evidencia uma forte segregação de cunho econômico em sua base. O que se quer dizer é que o fator econômico delimita os espaços escolares, sobretudo para as camadas populares, reservando o acesso a espaços mais precários e desestruturados.

O tempo é um importante componente que relaciona capital econômico e capital cultural, sendo um aspecto que contribui para a distinção entre grupos. Primeiramente, porque quanto mais cedo o agente é exposto à transmissão e acumulação de capital cultural, mais naturalizada será sua relação com ele. Destaca-se ainda que condições econômicas mais favoráveis tendem a possibilitar maior investimento de tempo nos estudos, já que não há uma preocupação em conciliar estudos e trabalho, por exemplo. Com isso, há maior tempo destinado ao aprimoramento do capital cultural (amplia-se a possibilidade de visita a espaços culturais, aprendizagem de línguas e culturas estrangeiras, leitura de obras etc.).

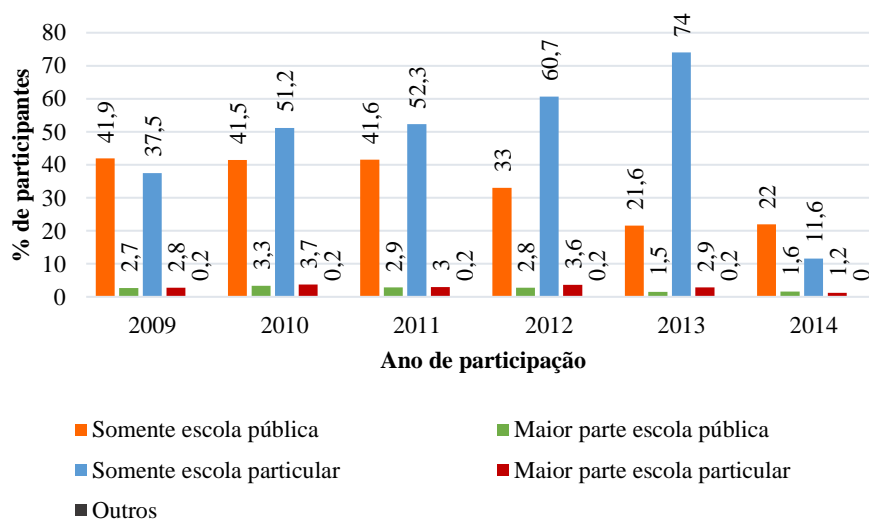
Tipo de Escola

A pergunta mencionada no questionário socioeconômico, referente ao tipo de estabelecimento escolar, consistia, primordialmente, nas seguintes questões: "Em qual

modalidade de instituição de ensino concluiu/ conclui/ frequenta o Ensino Médio?" e "Em qual modalidade de instituição de ensino concluiu/ conclui/ frequenta o Ensino Fundamental (EF)?" Nesta investigação, optou-se por apresentar os dados relativos ao Ensino Médio, no entanto é possível observar os dados quanto ao Ensino Fundamental em Santana (2021).

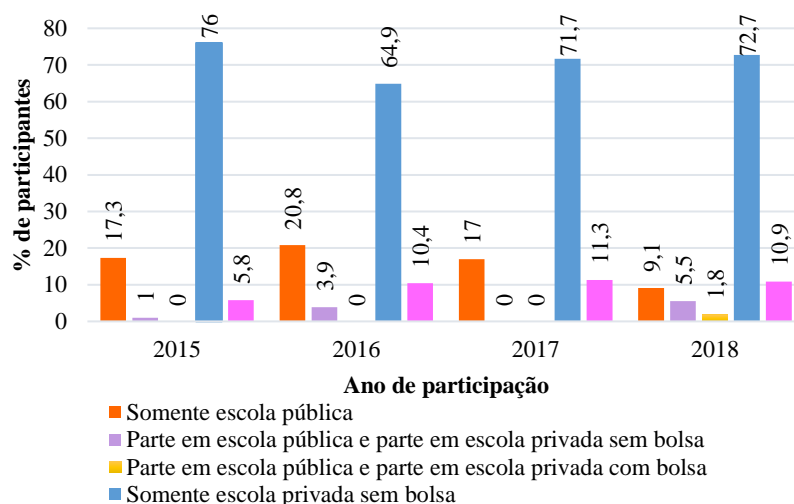
Os dados do Inep sobre tipo de escola apresentaram algumas inconsistências. De 2009 até 2014, o instituto utilizava a nomenclatura “escola particular”, a partir de 2015 passou a utilizar “escola privada”. Nesta investigação, optou-se por manter a nomenclatura utilizada pelo Inep conforme os anos de aplicação, por isso apresentamos dois gráficos. A segunda inconsistência se refere aos números de não respondentes. Em 2009, pouco mais de 14,8% dos participantes que obtiveram mil não responderam esta questão e, em 2014, mais de 60% não responderam. Por isso, os dados nesses dois anos não correspondem à tendência dos outros anos sobre o tipo de escola. Devido a este problema na fonte primária, compreendemos que os dados de 2009 e 2014 não podem ser considerados para análise, justificados também pela regularidade dos outros anos que não se apresenta nesses dois anos.

GRÁFICO 2 – TIPO DE ESCOLA (EM) DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM DE 2009 ATÉ 2014



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria.

GRÁFICO 3 – TIPO DE ESCOLA (EM) DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM DE 2015 ATÉ 2018



FONTE: Microdados – Enem. Elaboração própria.

Os gráficos 2 e 3 abordam a mesma questão, contudo, precisaram ser distinguidos, visto que, a partir de 2015, a questão incorporou outras opções de resposta. A subdivisão em duas partes não prejudicou a análise; entretanto, a partir de 2015, as informações referentes à concessão de bolsas de estudo possibilitaram uma interpretação mais ampla dos candidatos envolvidos. Portanto, a análise será conduzida em ordem decrescente, iniciando com os anos mais recentes analisados e culminando no ano de 2009. Nos primeiros anos avaliados (de 2009 a 2014), a ausência de informações sobre os participantes bolsistas dificulta a análise dos dados, pois não é possível determinar se entre os candidatos que indicaram frequentar escola privada (“exclusivamente em escola privada” ou “principalmente em escola privada”) há alunos beneficiados com bolsas. Em contrapartida, nos anos mais recentes, devido à alteração do questionário nesta questão específica, foi possível conduzir uma análise mais detalhada, embasada em inferências mais sólidas.

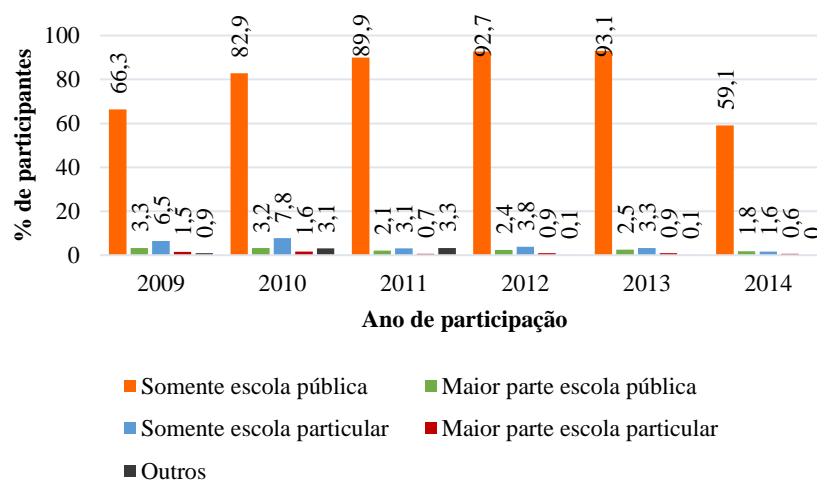
Nota-se que, com a exceção dos anos de 2009 e 2014, durante todos os anos de aplicação analisados, a maioria dos candidatos que alcançaram a pontuação máxima provém de instituições privadas de ensino. Somente em 2010 e 2011, os números de candidatos provenientes de escolas públicas e privadas estão próximos em termos proporcionais. Cabe destacar a hipótese de que os estudantes que obtiveram nota mil e são provenientes de escolas públicas, podem pertencer a escolas públicas de excelência ou seletivas, ou seja, escolas com um padrão de ensino mais elevado e com seleção de estudantes (Gomes, Nogueira, 2017). Assim, este é mais um limite devido à falta de informação no Inep.

Apesar de não ser uma análise multirreferencial, os dados sobre o fator econômico da subseção anterior já nos indicam que a população nota mil tem renda superior a 5 salários-mínimos. Por isso, o fator econômico influencia diretamente no acesso a determinados espaços escolares, já que, muitas vezes, é responsável por viabilizar o acesso a instituições de maior renome e qualidade. Acrescenta-se que instituições de ensino privadas, desde a sua origem, têm maior autonomia em sua proposta escolar, ainda que sujeitas ao mesmo currículo imposto pelo Estado. Sendo assim, disponibilizam aprofundamentos de aprendizagem diferenciados, que as colocam em uma posição de distinção em relação às escolas públicas (Almeida et al., 2017).

No que diz respeito aos estudantes provenientes de escolas públicas, é importante destacar que há instituições públicas de educação básica com bastante reconhecimento, por exemplo, os institutos federais, os colégios militares e os colégios de aplicação, todas de administração federal, com condições diferenciadas para promoção da educação.

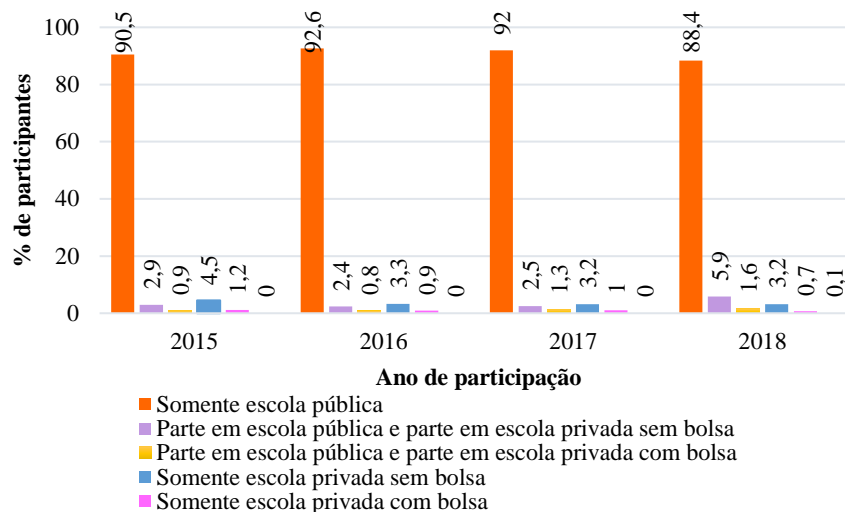
A seguir, estão os gráficos relacionados ao tipo de escola que frequentaram os participantes que obtiveram nota zero na redação do Enem, considerando o Ensino Médio.

GRÁFICO 4 – TIPO DE ESCOLA (EM) DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA ZERO NA REDAÇÃO DO ENEM DE 2009 ATÉ 2014



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria

GRÁFICO 5 – TIPO DE ESCOLA (EM) DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA ZERO NA REDAÇÃO DO ENEM DE 2015 ATÉ 2018



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria.

Diferentemente do observado nos gráficos 2 e 3, a maior parte dos participantes que receberam nota zero na redação do Enem eram advindos de instituições públicas de ensino. Dos dez anos considerados na análise, em oito deles, esses casos representaram percentagens significativas, excedendo 80% e em alguns casos chegando a representar até 93% dos estudantes⁷.

Diante do exposto nos gráficos 2, 3, 4 e 5 fica evidente a desigualdade de desempenho escrito entre estudantes de escolas públicas e privadas, entretanto, não se deve ignorar as diferentes frações de classe que são atendidas por essas escolas. Isto é, por mais que as escolas tenham sua parcela de responsabilidade quanto aos resultados obtidos por seus estudantes, há condições que permeiam a classe de origem dos participantes que limitam as suas chances de êxito ou contribuem para resultados mais elevados.

As camadas populares com renda de até dois salários-mínimos representam a maioria do grupo nota zero e que são as mais afetadas, uma vez que acabam tendo acesso a ambientes mais desprovidos de estrutura.

Ademais, o sistema de ensino continua valorizando uma cultura socialmente legitimada, principalmente no que diz respeito à língua culta. Cobra-se o conhecimento de uma variante linguística que, muitas vezes, não faz parte do repertório do estudante e

⁷ Vale comentar que, tanto nos anos de 2009 e 2014, houve uma imprecisão nos dados fornecidos pelo Inep, ficando indefinidos: 21,4% em 2009 e 36,8% em 2014. No entanto, tendo em vista a constância dos dados, o que se infere é que esses dados que ficaram imprecisos estariam relacionados ao item “somente em escola pública”.

que a escola tampouco tem como aprimorá-la. Consequentemente, estudantes expostos a condições de ensino menos privilegiadas serão impactados em seus resultados acadêmicos.

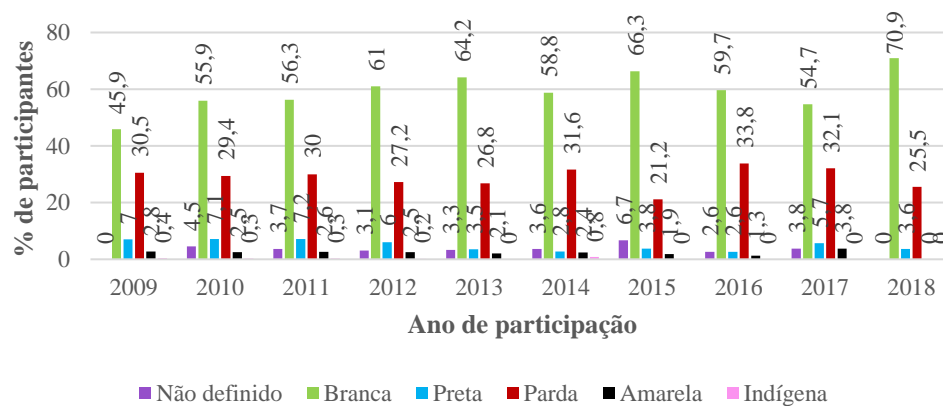
Cor/ Raça

O Enem, como um exame institucionalizado, lança mão da categoria oficial do IBGE para cor ou raça, a saber, “Branca”, “Preta”, “Parda”, “Amarela”, “Indígena”, além de incluir as opções de resposta “Não declarado” e “Não dispõe da Informação”. Essas duas últimas opções foram agrupadas em uma única categoria como: “Não definido”.

Os gráficos 6 e 7 apresentam dados bastante divergentes entre si. Enquanto o gráfico 6 evidencia que a maior parte do grupo que recebe nota mil na redação do Enem se autodeclara “branca”, o gráfico 7 mostra que, ao longo dos anos, a maioria dos participantes que obtiveram nota zero se autodeclara como “parda”.

Vale destacar que quando agregamos as categorias “preta” e “parda” na categoria “negros”, o grupo não se sobressairia no gráfico, ou seja, não estaria em um lugar de predominância de comparado ao grupo de autodeclarados “brancos”. Além disso, caso essas categorias fossem reagrupadas, no gráfico 7, a discrepância entre os grupos ficaria ainda mais evidente.

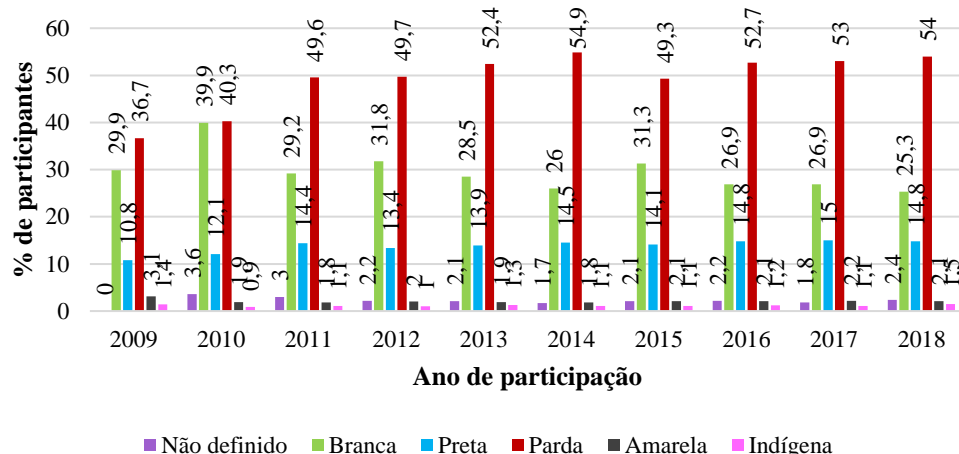
GRÁFICO 6 – COR/RAÇA DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM⁸



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria.

GRÁFICO 7 – COR/RAÇA DOS PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM NOTA ZERO NA REDAÇÃO DO ENEM

⁸ Salienta-se que nem sempre é possível apresentar a totalidade dos dados, ou seja, 100% do que foi respondido pelo grupo em questão. Isso ocorre, pois para a questão relacionada à cor dos estudantes, é possível responder com “não identificado”, fazendo com que algumas informações sejam suprimidas.



FONTE: Microdados do Enem. Elaboração própria.

É inegável que a desigualdade racial ainda é persistente em nosso meio. Saber que tal desigualdade também está presente no âmbito do desempenho redacional serve para denunciar, uma vez mais, os impactos da distinção que já ocorre no interior do sistema de ensino e ultrapassam os muros da escola, invadindo outros níveis de ensino e, consequentemente, outras esferas da sociedade.

Cabe ressaltar que a desigualdade de desempenho escolar passa, marcadamente, por um recorte de classe, o qual obviamente não se designa exclusivamente pelo viés econômico, mas passa também pelas condições materiais de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redação do Enem como expressão de capital foi a hipótese levantada neste artigo para uma agenda de pesquisa para algumas áreas do conhecimento. Argumentamos, pois, que essa redação institucionalizada assim se configura quando identificamos um padrão de desigualdade na distribuição entre nota zero e nota mil. Em primeiro lugar, o reduzido número de redações nota mil do Enem ao longo da série histórica entre 2009 e 2018, cerca de 0,3% de redações válidas, poderia se constituir em um número irrelevante estatisticamente, se socialmente não consideramos o que isto significa. Por constituir-se em um grupo seletivo que tem a possibilidade de maior escolha dentro do certame, obter a nota mil produz o efeito de consagração, conforme assinala Bourdieu (2020), para escolas e Estados que alocam estudantes desse reduzido grupo. Contudo, não se trata apenas de uma distinção no campo simbólico, mas o trunfo nota mil se converterá no campo material em um capital cultural significativo no contexto brasileiro que é o diploma universitário.

Como expressão do capital cultural, a nota mil está distribuída de forma a “reproduzir” as desigualdades sociais históricas ao que diz respeito à renda, tipo de escola e raça. Conforme os dados apresentados, o grupo que obteve nota máxima em suas redações é caracterizado por ser, em sua maioria, proveniente de escolas privadas, tendo cursado o Ensino Médio em instituições privadas, chegando a representar mais de 75% do grupo. Este grupo majoritariamente se identifica como branco, cerca de 60%, considerando a média dos dez anos de análise, seguido por pardos, em média 30%. A faixa de renda mensal predominante foi de mais de 5 salários-mínimos, chegando a representar mais de 30% em determinadas ocasiões. Além disso, observou-se que nos últimos anos, especialmente nos últimos quatro anos, tem havido uma estabilidade no padrão de renda.

Em segundo lugar, a nota zero, cujos estudantes identificamos como os “excluídos do interior” do sistema de ensino, por ter passado em tese, doze anos na educação básica, não conseguiram mobilizar os conhecimentos específicos para suas provas, visto que os dados se referem às redações que não foram entregues em branco. E o perfil desses estudantes “reproduz” a outra faceta da desigualdade segundo os marcadores deste artigo, apresentando as seguintes características: tem-se a escola pública como a principal instituição de ensino no Ensino Médio, chegando a representar mais de 90% do grupo. Se considerarmos a categoria negro como a junção de pretos e pardos, temos quase 70% em alguns anos, com média de 49% para pardos e 13% de para pretos. Os participantes brancos correspondem a aproximadamente 29%. Quanto à renda mensal, esse grupo está situado na faixa de menos de 1 salário até 2 salários-mínimos (já representou mais de 87%, por exemplo, em 2011). Nos últimos três anos estudados, os dados relativos à cor/raça e à renda mensal mantiveram um padrão bastante consistente.

Os dados levantam diversas perguntas para serem respondidas por pesquisadores como cientistas sociais, linguistas e/ou pedagogos, dentre outros. Podemos levantar, por exemplo, os seguintes questionamentos: por que a passagem pela educação básica na escola pública, cerca de doze anos, não evita que um número significativo de estudantes tire nota zero? Qual o papel da escrita e do letramento no sistema público de educação que não contribui para que uma parcela de estudantes possa redigir uma redação segundo os padrões mínimos pedidos pelo Enem para que não zere a prova? Quem são ou onde estão os estudantes não brancos que têm suas redações anuladas?

É na constatação das permanências das desigualdades históricas do Brasil no perfil dos estudantes que a dicotomia nota zero e nota mil pode contribuir, ainda, para a discussão da democratização e universalização do sistema de ensino. As notas zeros são provenientes de estudantes mais pobres, pardos e que estão quase totalmente na escola pública. Os achados ressaltam a necessidade de políticas que visem reduzir as disparidades educacionais e promover a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes camadas. No bojo da discussão sobre escola justa de Ione Valle (2013), um exame nacional que trata igual os diferentes é mais um mecanismo que se justifica pela meritocracia, pois quem tira nota mil teve o “merecimento” socialmente reconhecido, para camuflar as desigualdades que estão em curso no próprio sistema de ensino brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Agustini, C. L. H., & Borges, S. Z. da S. (2014). Gênero redação ENEM: a experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada. *Letras & Letras*, 29(2). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25987>
- Almeida, A. M. F., Giovine, M. A., Alves, M. T. G., & Ziegler, S. (2017). A educação privada na Argentina e no Brasil. *Educação E Pesquisa*, 43(4), 939–956. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022017101177284>
- Almeida, A. M. F. (2007). A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? In: N. Zago & L. P. Paixão. (Org.), *Sociologia da Educação Brasileira: pesquisa e realidade brasileira* (pp. 44-59). Vozes.
- Almeida, A. (2009). *As escolas dos dirigentes paulistas: Ensino Médio, vestibular, desigualdade social*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.
- Barbosa, M. L. de O., & Pires, A. (2022). Uma análise exploratória sobre seleção e inclusão no Ensino Superior brasileiro: do mérito herdado ao mérito relacional. *Proposições*, 33, e20210070. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0070>
- Barreto, P. C. da S. (2015). Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (16), 39–64. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151603>
- Bourdieu, P. (2008). *A economia das trocas linguísticas* (2ª ed). Edusp.
- Bourdieu, P. (2009). *A economia das trocas simbólicas* (6ª ed). Perspectiva.

- Bourdieu, P. (2010). *Escritos de educação* (M. A. Nogueira & A. Catani, Ed) (11ª ed). Vozes.
- Bourdieu, P. (2020). *Sociologia Geral, vol. 1: Lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)*. Vozes.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1992). *A reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (3ª ed). Francisco Alves.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2018). *A Redação do Enem 2018: cartilha do participante*.
- Dantas, A. S. R. (2021). *As escolas privadas da periferia: uma análise decolonial*. Intermeios, Fapesp.
- Ernica, M., & Rodrigues, E. C. (2020). Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. *Educação & Sociedade*, 41, e228514. <https://doi.org/10.1590/ES.228514>
- Faraco, C. A. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola Editorial.
- Gomes, L.O., & Nogueira, M.A. (2017). A excelência escolar em uma escola pública de ensino médio / School excellence in a public high school. *Educação em Foco*, 20, 189-208.
- Gomes, N. L. (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes.
- Gonzalez, L., & Hasengalg, C. (1982). *Lugar de Negro*. Marco Zero.
- Hasenbalg, C. A., & Silva, N. do V. (1990). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos De Pesquisa*, (73), 5–12. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1092>
- Klein, R., & Fontanive, N. (2009). Uma nova maneira de avaliar as competências escritoras na redação do ENEM. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 17(65), 585–598. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000400002>
- Lima, M.; & Prates, I. (2015) Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: M. Arretche, (Org), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 163-189). Editora Unesp; CEM.
- Marcuschi, L. A. (2007). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A Dionisio, et al. (Org.), *Gêneros textuais e ensino* (5ª ed). (pp. 19-36). Lucerna.
- Nogueira, M. A. (2017). Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. *Educação & Realidade*, 20(1). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71745>

Nogueira, M. A. (2004). Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira De Educação*, (26), 133–144. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200011>

Osório, R. G. (2003). *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. IPEA.

Perosa, G. S., & Dantas, A. S. R. (2017). A escolha da escola privada em famílias dos grupos populares. *Educação e Pesquisa*, 43(4), 987-1004. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201704177976>

Ringer, F. (2003). La segmentation des systèmes d'enseignement [Les réformes de l'enseignement secondaire français et prussien, 1865-1920]. *Actes de la recherche en sciences Sociales*, 149, 6-20. https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2003_num_149_1_2776

Salvador, A. (2013). *Como escrever para o Enem: roteiro para uma redação nota 1.000*. Contexto.

Santana, I. J. (2021). *A redação do ENEM como um percurso com diferentes pontos de partida: as desigualdades sociais convertidas em desigualdades escolares* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo digital da Universidade Federal do Paraná. <https://hdl.handle.net/1884/71806>

Senkevics, A. (2019). Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. *Educação E Pesquisa*, 44, e182839. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844182839>

Siqueira, A. R., & Nogueira, M. A. de L. G. (2017). Focalizando um segmento específico da rede privada de ensino: escolas particulares de baixo custo. *Educação E Pesquisa*, 43(4), 1005–1022. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201710177139>

Soares, J. F., & Alves, M. T. G. (2003). Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação E Pesquisa*, 29(1), 147–165. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100011>

Valle, I. R. (2013). Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. *Educar em Revista*, (48), 289-307. Recuperado em 07 de janeiro de 2025, de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000200017&lng=pt&tlng=pt.

Contribuição de autoria

Izabel Jensen Santana –

Formulação de objetivos da pesquisa.

Produção de dados.

Aplicação de técnicas formais para analisar, sintetizar e interpretar dados do estudo.

Condução do processo de pesquisa e investigação.

Desenvolvimento da metodologia.

Verificação dos resultados da pesquisa.

Preparação e criação do trabalho publicado, tanto da versão inicial como da versão final.

Revisão crítica e acréscimo de conteúdos relevantes.

Aprovação da versão final.

Adriana Santiago Rosa Dantas –

Formulação de objetivos da pesquisa.

Aplicação de técnicas formais para analisar, sintetizar e interpretar dados do estudo.

Condução do processo de pesquisa e investigação.

Desenvolvimento da metodologia.

Verificação dos resultados da pesquisa.

Preparação e criação do trabalho publicado, tanto da versão inicial como da versão final.

Revisão crítica e acréscimo de conteúdos relevantes.

Aprovação da versão final.

Conflito de interesses

Nós, Izabel Jensen Santana e Adriana Santiago Rosa Dantas, autoras responsáveis pelo manuscrito “**A redação do Enem como expressão de capital cultural: renda, tipo de escola e raça em análise**”, declaramos que nenhuma das autoras deste estudo possui qualquer tipo de interesse abaixo descrito, ou outros que configurem o chamado Conflito de Interesse.

Declaramos que o manuscrito apresentado não recebeu qualquer suporte financeiro da indústria ou de outra fonte comercial e nem eu, nem os demais autores ou qualquer parente em primeiro grau possuímos interesses financeiros/outros no assunto abordado no manuscrito.

Curitiba, 10 de janeiro de 2025.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.